

EDITAL Nº 1, DE 28 DE JUNHO DE 2023 CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA



INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - 1 (um) caderno da prova objetiva contendo 35 (trinta e cinco) questões, e cada questão será composta por 4 (quatro) itens; e
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada.
- Verifique se a numeração das questões, a paginação do caderno da prova objetiva e a codificação da folha de respostas estão corretas.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Nada é permanente no mundo.

- Você dispõe de 3 (três) horas para fazer a prova objetiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas e o caderno da prova e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno da prova objetiva 2 (duas) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos após o início da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação da prova na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA PRIMEIRA FASE

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada item e assinale sua resposta na folha de respostas.
- Cada item deverá ser julgado como CERTO ou ERRADO, de acordo com o(s) comando(s) a que se refere.
- A folha de respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

QUESTÃO 1

1 Quem mais contribuiu para a difusão do mito do bom selvagem foi Américo Vespúcio. [...] Em carta de 1502, diz o navegador que os índios “não têm fé nem lei alguma, vivem segundo a natureza, [...] não possuem consigo bens próprios, pois tudo é comum. Não têm fronteiras de reinos ou províncias, não têm rei [...] Não administram justiça, [...] porque em seu meio não reina a cobiça [...] Não dão qualquer valor nem ao ouro, nem à prata, nem a joias” [...] “Vivem segundo a natureza, podendo dizer-se mais epicuristas que estoicos” [...]

O mito do bom selvagem se consolidou graças ao franciscano André Thévet e ao calvinista Jean de Léry. [...] Em 1557, [...] foi Thévet que inaugurou a tradição de criticar a cultura europeia por meio do confronto com os costumes indígenas. [...]

16 Também Jean de Léry [...] desculpa o que parecia chocante nos costumes indígenas. A antropofagia, por exemplo, não é pior do que a prática da usura, na Europa, já que os usurários “sugam o sangue e a medula, e por conseguinte comem vivos as viúvas, os órfãos e outros infelizes [...] Esses agiotas são portanto mais cruéis do que os selvagens”. [...]

A guerra nesse país é nobre e generosa [...] Seu único fundamento é a glória, a virtude, no sentido antigo. Os prisioneiros têm uma coragem indômita, desprezam a morte [...].

ROUANET, Sergio Paulo. *O mito do bom selvagem*. Artepensamento, 1999. Disponível em: <<https://artepensamento.ims.com.br/item/o-mito-do-bom-selvagem/>>. Acesso em: 17 jul. 2023, com adaptações.

Com base nas ideias apresentadas no texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 “Mais epicuristas que estoicos” (linhas 9 e 10) significa que os indígenas lhe pareceram mais simples, ligados à natureza, do que austeros.
- 2 Vespúcio antecedeu o padre franciscano na comparação dos costumes indígenas com características da civilização europeia de sua época.
- 3 O huguenote citado faz uso de linguagem conotativa para matizar a antropofagia, comparando-a com a usura.
- 4 A palavra “indômita” (linha 25) significa que a coragem dos prisioneiros é difícil de ser domada.

Área Livre

QUESTÃO 2

1 A democracia transformou-se em um regime semianárquico, que terá como consequência o “esboramento” do Estado. [...] A democracia parlamentar está a transformar-se cada vez mais em um regime autocrático. Mais do que na transformação, parece útil ao nosso objetivo concentrarmos a reflexão a respeito da distância entre os ideais democráticos e a “democracia real”. [...] Um ouvinte meu chamou-me a atenção para as palavras de conclusão que Pasternak põe na boca de Gordon, o amigo do Doutor Jivago: “Aconteceu várias vezes ao longo da história. O que fora concebido como algo nobre e elevado tornou-se matéria bruta. Assim, a Grécia transformou-se em Roma [...]”. Assim, acrescento eu, o pensamento liberal e democrático de um Locke, de um Rousseau, de um Tocqueville, de um Bentham ou de um John Stuart Mill transformou-se na ação de ... (e aqui introduza cada um o nome que entender [...]).

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*.

Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, p. 27, com adaptações.

Considerando as ideias e os sentidos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O texto contém crítica de fundo aos princípios democráticos que se concretizam, na realidade histórica, em regimes anárquicos e autocráticos.
- 2 A ênfase do autor recai sobre o processo de transformação da democracia, mais do que sobre a distância entre seus ideais e sua realidade.
- 3 A “matéria bruta” (linha 12) se refere ao substrato original da democracia, que precisa ser lapidado na história das sociedades.
- 4 Para seguir a linha de argumentação do autor, as reticências inseridas após o período “transformou-se na ação de” (linha 16) poderiam ser completadas, por exemplo, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

Área Livre

QUESTÃO 3

- ¹ O poeta é um fingidor
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
⁴ A dor que deveras sente

E os que leem o que escreve,

- ⁶ Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm

- ⁹ E assim nas calhas de roda
Gira, a entreter a razão,
Esse comboio de corda
¹² Que se chama coração

PESSOA, Fernando. *Autopsicografia*.
In: Antologia Poética. Lisboa: Relógio d'água, 2014, p. 50

A respeito dos aspectos linguísticos e semânticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A repetição da palavra “dor” (linhas 3, 4 e 6) constitui a figura de linguagem anáfora.
- 2 A palavra “lida” (linha 6), na segunda estrofe, não é um substantivo e não designa o feminino de “lide”, no sentido de labuta, luta da vida.
- 3 A segunda estrofe contém uma sinestesia.
- 4 A terceira estrofe contém a figura de linguagem hipérbato, caracterizada pela inversão da ordem dos elementos da oração, e apresenta a palavra “coração” como sujeito.

Texto para responder às questões 4 e 5.

¹ Mas não há casa-grande sem a senzala, e foi em torno desse duo, que parece composto de opostos, porém na verdade abrange partes contíguas, que Gilberto Freyre publicou, em 1933, seu clássico *Casa-grande & senzala*, evidenciando as contradições e relações que se estabeleciam entre senhores e escravos. O próprio “&” do ⁷ título original já revela como o antropólogo pernambucano entendia a importância da correlação entre esses dois extremos. “Equilíbrio de antagonismos de economia e de ¹⁰ cultura” foi a expressão utilizada por ele para demonstrar como paternalismo e violência, mas também negociação de parte a parte, coexistiam nesse cotidiano.

¹³ “Senzala” é um termo do quimundo que significa “residência de serviços em propriedades agrícolas”, ou “morada separada da casa principal”. Nas senzalas da ¹⁶ cana residiam dezenas de escravos, que podiam chegar às centenas, com frequência presos pelos pés e braços, deitados em chão de terra e em péssimas condições de ¹⁹ higiene – como ter numerosos escravos era sinal de prosperidade e abundância, o senhor preferia quantidade a qualidade. As circunstâncias variavam: por vezes os ²² escravos eram alojados coletivamente; em outras situações foram achados registros de barracões distintos para homens e para mulheres, e em alguns casos até mesmo alojamentos ²⁵ para casais com filhos. No Nordeste, o mais normal era encontrar barracas contíguas, dispostas em filas e a certa distância da casa-grande. As senzalas eram trancadas à ²⁸ noite por feitores, a fim de evitar fugas e de estabelecer disciplina, pois dessa maneira se determinava o horário de

se recolher e de despertar. [...]

³¹ Por sinal, diversos elementos faziam parte da *performance* de senhor “aristocrata”: as roupas, a mobília, os cavalos puros-sangues, a alfabetização numa terra de ³⁴ iletrados, a capacidade de mando. [...] Na medida em que eram considerados pagãos, tanto indígenas como africanos, apesar de batizados e transformados em vassalos, ³⁷ continuavam sem direitos. Dessa forma, as divisões entre “gentios” e “índios aldeados”, ou entre “africanos”, “boçais” (aqueles recém-chegados) e “ladinos” ⁴⁰ (aculturados), representavam gradações culturais que demarcavam hierarquias internas, as quais, no limite, implicavam maior ou menor exclusão social. Os mais de ⁴³ dentro e os mais de fora.

[...] Essas populações podiam ser denominadas simplesmente mestiças (provenientes de uniões entre ⁴⁶ escravos e seus senhores); cabras (termo que quase sempre se referia à mistura do índio com o negro); morenas (palavra que vem de “mouro” mas guarda antes o ⁴⁹ significado “de cor escura”), ou pardas: a cor parda ainda hoje consta no censo brasileiro, e mais parece um “nenhuma das anteriores”, um grande *et cetera* ou um ⁵² coringa da classificação.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, com adaptações.

QUESTÃO 4

Considerando os aspectos linguísticos e o sentido do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 No primeiro parágrafo, “antropólogo pernambucano” (linha 7) e “ele” (linha 10) estabelecem referência anafórica com “Gilberto Freyre” (linha 3).
- 2 A inserção de vírgula após a palavra “cana” (linha 15) manteria a correção gramatical e os sentidos construídos no período.
- 3 A palavra “até” (linha 24) estabelece um sentido de limite em relação aos alojamentos constituídos dentro das senzalas.
- 4 Na forma verbal “se determinava” (linha 29), o emprego da partícula “se” marca a indeterminação do sujeito da oração.

QUESTÃO 5

A respeito dos recursos linguísticos presentes no texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A substituição de “puros-sangues” (linha 33) por **puros-sangue** manteria a correção quanto ao emprego de plural desse adjetivo.
- 2 O trecho “Na medida em que eram considerados pagãos” (linhas 34 e 35) confere ao período em que foi empregado uma relação de causalidade.
- 3 Nas linhas 39 e 40, o uso de parênteses em “aqueles recém-chegados” e em “aculturados” sinaliza ressalvas quanto ao emprego de determinadas expressões ou palavras no período.
- 4 A utilização de aspas em “nenhuma das anteriores” (linha 51) tem função de marcar citação direta no texto.

Texto para responder às questões 6 e 7.

Por uma reescrita da história literária brasileira

1 Não é possível falarmos acerca da elaboração de
uma nova história da literatura brasileira e da inserção das
2 escritoras mulheres nessa história sem antes entendermos
3 como se dá o processo de construção das histórias e do
4 cânone literários. O historiador também tem o poder de
5 legitimar o escritor e a literatura, pela inclusão e abertura
6 de espaço para análise e consideração de sua obra literária.
7 O contrário também é possível, pois, ao excluir escritores,
8 acaba silenciando uma produção que gradualmente vai
9 sendo esquecida, como foi o caso das escritoras
10 oitocentistas.

11 De acordo com David Perkins, uma história da
12 literatura se constrói por meio de um enredo, que é o
13 discurso feito a respeito de determinada produção. Assim,
14 os historiadores da literatura podem condenar escritores e
15 obras, podem defender estilos não apreciados e podem,
16 também, ser motivados por um conjunto de emoções
17 diferentes: “qualquer que seja o enredo imposto aos
18 eventos, o simples fato de serem organizados em forma de
19 narrativa pode, ele mesmo, preencher o desejo.” Tendo em
20 vista a consciência do desejo que motiva e dá vida a uma
21 memória literária, a questão é: até que ponto a intenção
22 organizadora subjacente ao processo de escrita de uma
23 história da literatura justifica as suas omissões e ênfases?
24 Mais especificamente: no intercâmbio dialético entre luz e
25 sombra, por que a literatura escrita por mulheres é sombra
26 constante nesse tipo de discurso?

27 Ao tratar de histórias da literatura, devemos sempre
28 considerar que elas não são totalidades permanentes, mas
29 sim objetos dinâmicos, pois encontram-se sob o signo da
30 contingência, em constante processo de redefinição. Uma
31 vez publicada a história da literatura, há possibilidades de
32 novas fontes, novos documentos históricos; o historiador,
33 em contínuas pesquisa e busca, pode descobrir um
34 documento inédito e, então, reformular sua hipótese. Essa
35 perspectiva da mobilidade e do constante processo de
36 redefinição serve-nos de conforto, na medida em que torna
37 possível e viável a iluminação sobre a literatura de autoria
38 feminina até hoje obnubilada nos discursos sobre a
39 produção literária brasileira. Entretanto, se, ao atualizar a
40 história da literatura, mantemos o padrão de silenciamento
41 dos textos de autoria feminina, torna-se impossível
42 repensar o cânone literário. Observa-se que, ironicamente,
43 algumas escritoras oitocentistas não foram excluídas em
44 vida, mas o esquecimento foi implacável com a exaltação
45 outrora experimentada por elas.

FAEDRICH, Anna. *Escritoras silenciadas: Narcisa Amália, Júlia Lopes de Almeida, Albertina Bertha e as adversidades da escrita literária de mulheres*. Rio de Janeiro: Macabéa, 2022, págs. de 39 a 64, com adaptações.

Área Livre

QUESTÃO 6

Com base nas ideias apresentadas no texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O texto critica a história da literatura brasileira que produz inverdades, uma vez que o ponto de vista dos historiadores é unificado e centralizador, além de decorrer de fontes restritas e documentos históricos, o que impossibilita uma escrita que atenda a visões múltiplas.
- 2 No segundo parágrafo, o “intercâmbio dialético entre luz e sombra” (linhas 25 e 26) refere-se a estilos literários em que a produção de escrita de autoria feminina foi relevante, como no século 19, e a estilos em que não há esse tipo de produção.
- 3 Por meio de linguagem denotativa, a autora trata do cânone literário utilizando-se de analogia entre as narrativas da história da literatura e as narrativas literárias, bem como da referência a diferentes períodos de produção de autoria feminina.
- 4 Para David Perkins, a literatura depende dos discursos construídos acerca de uma obra em determinado período histórico de uma cultura e, por isso, ao narrar, o historiador é influenciado por um conjunto de emoções diversas que justificam as próprias omissões e ênfases.

QUESTÃO 7

Tendo em vista a estrutura gramatical do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 No trecho “Não é possível falarmos acerca da elaboração de uma nova história da literatura brasileira” (linhas 1 e 2), a segunda oração exerce a mesma função que o termo sublinhado em “Ao tratar de histórias da literatura, devemos sempre considerar que elas não são totalidades permanentes” (linhas 28 e 29).
- 2 A oração iniciada por “na medida em que” (linha 37), introduz a causa do conforto que se sente com a perspectiva da mobilidade e do processo constante de redefinição da história da literatura.
- 3 A forma verbal “há” (linha 32), poderia ser substituída, no texto, tanto por **existe** quanto por **existem**, sem que isso acarretasse alteração de sentido ao texto, nem incorreção gramatical.
- 4 O conectivo “pois” (linha 8) tem valor conclusivo acerca do silenciamento de escritores que acabam sendo esquecidos, uma vez que a referida conjunção se apresenta após a forma verbal “é”.

Área Livre

QUESTÃO 8

¹ Os princípios da *recta ratio*, orientando a *lex praeceptiva*, emanam da consciência humana, afirmando a inter-relação incluível entre o direito e a ética. [...] Um ⁴ pequeno grupo de países – os nucleares – não pode continuar a fazer abstração ou minimizar as numerosas resoluções das Nações Unidas, válidas para todos os ⁷ estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU), acerca da obrigação de desarmamento nuclear. Assim sendo, meu voto dissidente assumiu uma posição ¹⁰ diametralmente oposta à da maioria (dividida) da Corte Internacional de Justiça (CIJ), com base em princípios e valores fundamentais. A CIJ, como órgão judicial principal ¹³ das Nações Unidas – concluí em meu voto dissidente – deveria ter mostrado sensibilidade a respeito da matéria, e dado assim sua contribuição ao desarmamento nuclear, ¹⁶ matéria que constitui uma das maiores preocupações da comunidade internacional vulnerável, e na verdade da ¹⁸ humanidade como um todo.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *A obrigação universal de desarmamento nuclear*. Brasília: FUNAG, 2017, p. 46-47, com adaptações.

Considerando as ideias e os aspectos semânticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O sentido de “includível” (linha 3) remete à suposta ilusão das relações entre o direito e a ética.
- 2 O sentido de “fazer abstração” (linha 5) é o de desconsiderar, reduzir a importância.
- 3 O autor justifica o próprio voto alinhado ao da maioria dos juízes da CIJ, em favor do desarmamento nuclear.
- 4 O autor critica a CIJ, o órgão máximo das Nações Unidas, por não ter mostrado sensibilidade diante de uma das maiores preocupações da humanidade.

QUESTÃO 9

¹ A comemoração do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos constitui oportunidade para examinar simultaneamente duas problemáticas ⁴ estreitamente imbricadas: os direitos humanos e o desenvolvimento considerado como expansão dos direitos positivos, segundo fórmula do eminente pensador indiano ⁷ Amartya Sen. [...]

Enquanto, na teoria, os direitos do homem são indivisíveis, na prática, não se pode escamotear a questão ¹⁰ de sua hierarquia, especialmente no que toca à aplicação dos diferentes direitos econômicos e sociais, considerada a multiplicidade das necessidades e a penúria dos meios. A ¹³ partir dessa constatação, é grande a tentação de proceder a arbitragens abusivas. A eficiência socioeconômica não poderia, em hipótese alguma, ser invocada para justificar a ¹⁶ deriva autoritária. A trágica experiência de nosso século nos ensinou que os direitos de primeira geração [direitos civis e políticos] constituem valor absoluto. Quanto às ¹⁹ arbitragens delicadas relativas aos direitos de segunda geração, elas dependem do funcionamento eficiente do ²¹ Estado de direito democrático.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento, direitos humanos e cidadania. In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES, S. P. *Direitos humanos no século XXI*. Brasília: IPRI/FUNAG, 1998, p. 155 e 161, com adaptações.

Disponível em: <<https://hackmd.io/@aA2X45tnSyWrRBLytuzvEw/Bk1KsrHO9>>. Acesso em: 10 ago. 2023, com adaptações.

Tendo em vista as ideias do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Segundo o autor, o crescimento econômico e os direitos humanos são problemáticas estreitamente imbricadas.
- 2 O texto sustenta que não deve haver hierarquia de direitos, devendo ser considerados de maneira indivisível os direitos civis, políticos, econômicos e sociais.
- 3 O autor argumenta que os direitos de segunda geração não podem ser arbitrados em detrimento dos de primeira geração.
- 4 O funcionamento do Estado de direito democrático depende de uma economia eficiente, na visão do autor.

Área Livre

Texto para responder às questões 10 e 11.

¹ Ao partir para estudar em Coimbra, em 1783, José Bonifácio tinha 20 anos; voltava com 56. A simples colônia que deixara subira à categoria de reino e era a sede ⁴ da monarquia, com ares de metrópole, em uma como que inversão de papéis. As consequências daí advindas feriam o olhar do observador menos atento. Bem diverso se ⁷ apresentava, por exemplo, o Rio de Janeiro. A despeito do negativismo da fidalguia parasitária que acompanhara a família real na transladação para o Brasil, muita coisa ¹⁰ melhorara na fisionomia urbana, e novos bairros, mais pitorescos, como o Catete e Botafogo, foram surgindo.

Tornara-se mais ativa toda a vida da cidade; a ¹³ existência da Corte e de um corpo diplomático dava-lhe ensejo a um esboço de mundanismo. Mais importantes do que isso eram as iniciativas de ordem administrativa, ¹⁶ econômica e cultural. Nem sempre as medidas tomadas seriam adequadas, e havia muito do mau espírito de improvisação, de ensaios e tentativas a que faltavam base ¹⁹ segura. Sobretudo não se ia ao fundo das coisas. Cuidava-se de pôr em funcionamento um aparelho administrativo completo; criavam-se repartições públicas, tribunais, ²² estabelecimentos de ensino e tipografias; editavam-se obras várias (até de Voltaire); fundavam-se os primeiros jornais brasileiros; tratava-se de agricultura, de minas, de fundição ²⁵ de ferro; buscava-se desenvolver os meios de comunicação e de transporte. Mas não se tocava no essencial – o regime de propriedade e de trabalho.

²⁸ Aparências de civilização e de progresso José Bonifácio vinha encontrar, e isto lhe dava, à primeira vista, satisfação. À sua visão de cientista e de pensador, ³¹ entretanto, não escapavam os aspectos mais profundos dos problemas brasileiros. E fixou-os logo, na sua nudez, tal como os exporia pouco depois em documentos públicos. ³⁴ Ele que, em fórmula perfeita, achava que “a sociedade civil tem por base primeira a justiça, e por fim principal a felicidade dos homens”, não compreendia como poderia ³⁷ haver verdadeira liberdade em um país onde o trabalhador era quase exclusivamente o escravo negro e em que a economia se organizara em benefício de uma classe ⁴⁰ privilegiada. Sem se deixar iludir por exterioridades, entendia que era necessária de partida a “expição de crimes e pecados velhos”. Crimes e pecados velhos contra ⁴³ os negros que chegavam ao Brasil aos milhares, abafados no porão dos navios e mais apinhados do que fardos de fazenda; crimes e pecados velhos que ele vinha encontrar ⁴⁶ mais florescentes, prestigiados e impunes do que nunca. A primeira medida a se adotar, a seu parecer, consistia na abolição imediata do tráfico africano “tão bárbaro e ⁴⁹ carniceiro”; a segunda, na extinção da escravatura.

Fora considerável, sem dúvida, a obra propriamente política realizada, mas havia outra, de natureza social e ⁵² econômica a empreender, mais importante e mais difícil. E nenhum dos seus pontos fundamentais escapou à argúcia de José Bonifácio – abolição do tráfico, extinção da ⁵⁵ escravidão, transformação do regime da propriedade agrária com a substituição do latifúndio pela subdivisão das terras de modo a “favorecer a colonização de europeus ⁵⁸ pobres, índios, mulatos e negros forros”, preservação das matas e renovação das florestas, localização adequada das ⁶⁰ novas vilas e cidades, para só citar estes.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. 5 v., com adaptações.

QUESTÃO 10

Com base nas ideias do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O texto trata da vida de José Bonifácio de Andrada e Silva, a quem é atribuída, entre outras personalidades, a fundação do Império no Brasil.
- 2 No segundo parágrafo do texto, malgrado a extensa enumeração dos avanços observados por José Bonifácio em sua volta ao Brasil – oferta de artigos e objetos de luxo no comércio; existência da Corte e de um corpo diplomático; iniciativas de ordem administrativa, econômica e cultural; criação de repartições públicas; fundação dos primeiros jornais brasileiros, entre outros –, jaz uma crítica do estadista ao modelo de desenvolvimento da nova nação, especialmente no que tange à superficialidade das medidas adotadas e à ausência de regime de propriedade e de trabalho.
- 3 Certos trechos do terceiro e do quarto parágrafos foram colocados entre aspas porque correspondem a falas literais de José Bonifácio e a expressões usadas por ele.
- 4 Para José Bonifácio, o desenvolvimento social, o econômico e o político de um país são igualmente importantes e devem ocorrer de forma concomitante.

QUESTÃO 11

Considerando a estrutura linguística do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 As formas verbais “deixara” (linha 3), “subira” (linha 3), “feriam” (linha 5), “acompanhara” (linha 8), “melhorara” (linha 10) e “foram surgindo” (linha 11), poderiam ser substituídas, mantendo-se a coerência e a correção do texto, por **havia deixado, havia subido, haviam ferido, havia acompanhado, havia melhorado e haviam surgido**, respectivamente.
- 2 No trecho “dava-lhe ensejo a um esboço de mundanismo” (linhas 13 e 14), o complemento verbal direto é expresso pelo nome “ensejo”, enquanto o indireto é representado pelo pronome “lhe” e pela expressão “a um esboço de mundanismo”.
- 3 No trecho “Cuidava-se [...] trabalho.” (linhas de 19 a 27), as formas verbais que se ligam à partícula “se” ora apresentam sujeito simples, ora apresentam sujeito indeterminado.
- 4 O nome “nudez” (linha 32), empregado no texto em sentido denotativo, alude ao fato de José Bonifácio tratar abertamente acerca de aspectos mais profundos dos problemas brasileiros em documentos públicos, expondo-os sem qualquer tentativa de encobri-los ou disfarçá-los.

Área Livre

QUESTÃO 12

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) despontou, nos anos de 1990, como dimensão central da estratégia de inserção regional e internacional do Brasil no marco de uma economia mundial organizada em grandes blocos econômicos e crescentemente globalizada. Ao mesmo tempo, pôs em evidência a necessidade de conciliar desígnios políticos domésticos com possibilidades de ação coletiva no plano regional e de lidar com assimetrias políticas e econômicas. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A incorporação do Paraguai e do Uruguai ao MERCOSUL levou à reformulação do objetivo originalmente pactuado bilateralmente pelo Brasil e pela Argentina de estabelecer um mercado comum em favor da instauração de uma área de livre comércio sob a égide de uma união aduaneira como forma de acomodar as discrepâncias econômicas entre os quatro países.
- 2 Acompanhando a agenda econômica e comercial do MERCOSUL, houve avanços na agenda não econômica, entre outros, nos campos educacional, da seguridade social e da livre circulação de pessoas no interior do bloco.
- 3 As negociações do Acordo de Associação MERCOSUL – União Europeia, a despeito de seu escopo comercial, têm sido marcadas por dificuldades políticas resultantes de diferentes abordagens e impasses entre as partes acerca de questões extrapauta como defesa, cibersegurança, combate ao terrorismo, proteção dos direitos humanos e desenvolvimento sustentável.
- 4 O exercício da Presidência *pro tempore* do MERCOSUL alternadamente pelos países-membros, por período de seis meses, lhes faculta aproximar as respectivas agendas e prioridades domésticas à agenda de bloco. No exercício da Presidência *pro tempore* do bloco em 2023, o governo brasileiro elegeu, entre suas prioridades, o apoio ao financiamento de infraestrutura física e digital, o revigoramento das instituições do bloco, como Parlamento, o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos e o Instituto Social.

Área Livre

QUESTÃO 13

A sociedade brasileira vem presenciando um vigoroso movimento contra o racismo embutido nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais do Brasil. Esse movimento busca valorizar o componente originário da África na formação identitária do País, o que reforça, entre outros aspectos, a importância das relações entre o Brasil e o continente africano. No que se refere a essas relações, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 As relações comerciais entre o Brasil e vários países africanos teve um aumento vertiginoso no início deste século (o comércio cresceu mais de quatro vezes entre 2000 e 2013). Atualmente, entre os produtos mais exportados pelo Brasil para a África, encontram-se açúcar, melão, soja, milho, carne de aves e máquinas agrícolas. No fluxo inverso, entre os produtos de exportações africanas para o Brasil, predominam fertilizantes, petróleo e óleos brutos.
- 2 As relações diplomáticas entre o Brasil e alguns países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), tais como Angola e Moçambique, passaram por um período de ressentimentos por parte dos países africanos em razão do reconhecimento bastante tardio das respectivas independências, ocorridas em meados da década de 1970. Tal comportamento do governo brasileiro explica-se em função de pressões norte-americanas, no contexto da Guerra Fria, tendo em vista que esses processos foram liderados por governos socialistas.
- 3 A construção do corredor logístico de Nacala, em Moçambique, com a finalidade de facilitar as exportações de produtos agrícolas desse país, contou com a participação majoritária de empresas públicas brasileiras. Trata-se de um exemplo de cooperação triangular, que envolve dois governos (do Brasil e de Moçambique) e uma organização internacional governamental, a União Africana (UA).
- 4 A cooperação entre o Brasil e os países africanos não se limita ao intercâmbio comercial. Vários acordos de cooperação estão vigentes, sobretudo com países de língua portuguesa, e no seio da CPLP, criada oficialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, em áreas de intercâmbio universitário, cooperação educacional, científica e tecnológica, programas de capacitação profissional, entre outros.

Área Livre

QUESTÃO 14

O sistema financeiro internacional, a despeito das profundas transformações observadas na economia global e no plano geopolítico, está ainda assentado em instituições criadas em meados do século passado. A isso somam-se as crises que assolaram as finanças globais nas décadas de 1990 e na primeira década dos anos 2000, afetando negativamente, de maneira global, a produção, o comércio internacional e o fluxo de capitais. No que concerne a essa temática, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 As tratativas acerca da reforma do sistema financeiro internacional têm sido marcadas, de um lado, pelas recorrentes reivindicações dos países em desenvolvimento e emergentes por reformas estruturais das instituições que integram o Sistema de Bretton Woods e, de outro, por demandas e propostas de impacto mais imediato, como o aumento da oferta de recursos para o financiamento de projetos de desenvolvimento em favor, sobretudo, de países menos desenvolvidos para fazer frente às contingências da pandemia da Covid-19, do fraco desempenho da economia global e da mudança climática.
- 2 As propostas de reforma do Fundo Monetário Internacional envolvem, entre outros aspectos, atualizar e ajustar o sistema de quotas e os direitos especiais de saque às realidades da economia global contemporânea; realizar a reforma dos direitos de voto e das regras de tomada de decisão e facilitar e ampliar o acesso dos países a recursos do Fundo, desvinculando tal acesso do sistema de quotas.
- 3 Na órbita do Sistema Banco Mundial, as reformas em consideração envolvem, como aspectos de fundo, a revisão e ampliação de sua visão e missão (a promoção conjunta da prosperidade e o combate à pobreza extrema), vinculando-as ao desenvolvimento sustentável, resiliente e inclusivo, implicando, em decorrência, mudanças, ora em discussão, de seu modelo operacional e financeiro.
- 4 O G-20 é a instância oficialmente designada pelo Fórum Econômico Mundial para elaborar e submeter proposições relativas (i) ao financiamento do desenvolvimento, (ii) às vulnerabilidades associadas ao endividamento externo, (iii) ao monitoramento dos fluxos internacionais de capitais e (iv) à reforma dos bancos de desenvolvimento.

QUESTÃO 15

No plano da política regional, não obstante a prioridade conferida à América do Sul, o Brasil tem buscado adensar, política e economicamente, as relações com os demais países do continente americano e sustentar relações equilibradas, em particular com os Estados Unidos da América (EUA), valendo-se, por consequência, de canais bilaterais e de fóruns multilaterais. Na perspectiva dessa premissa, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A Organização dos Estados Americanos (OEA) é a espinha dorsal do Sistema Interamericano, com importante atuação em temas de grande relevância na agenda internacional e cujo alcance transcende o plano hemisférico, como a proteção internacional dos direitos humanos, a proteção da democracia, o combate à corrupção e a outras ameaças à segurança. Temas que, ao mesmo tempo, suscitam divergências com os EUA, o que a torna um fórum de inquestionável relevância para o Brasil.

- 2 As relações entre o Brasil e os EUA são tradicionalmente pautadas por fortes convergências quanto a valores e princípios no que tange à governança democrática; por conflitos, notadamente no campo comercial; e por diferentes abordagens a temas da agenda global, como mudança climática, enfrentamento ao terrorismo e, mais recentemente, à guerra na Ucrânia.
- 3 Apesar da importância política e econômica de ambos os países no contexto latino-americano, e mesmo no plano continental, as relações entre o Brasil e o México são condicionadas, historicamente, por diferentes opções e prioridades de política externa e de inserção internacional e regional, e por dificuldades de complementariedade econômica e comercial.
- 4 As relações do Brasil com os países do istmo centro-americano foram historicamente marcadas pelo baixo adensamento diplomático, por incipientes laços econômicos e comerciais e pelo esforço brasileiro de distanciamento em relação aos conflitos observados em Honduras, na Nicarágua e em El Salvador, tendo ganhado impulso, recentemente, com a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

QUESTÃO 16

A União Europeia (UE), atualmente composta por 27 membros, é o resultado de uma longa construção político-institucional marcada pela criação de novas instituições como o Parlamento, a Comissão e o Direito Comunitário. A partir do eixo franco-alemão e de um alargamento da geometria variável, a UE tornou-se muito mais do que um bloco econômico e comercial. A respeito dessas informações, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Direito Comunitário Europeu não se aplica a terceiros, logo não pode ter efeitos extraterritoriais.
- 2 A Comissão Europeia, a Malásia e a Indonésia assinaram no ano de 2023, uma declaração conjunta que prevê a criação de uma força-tarefa para fomentar a cooperação no processo de implementação do Regulamento Europeu sobre Desmatamento (*joint task force to strengthen the cooperation for the implementation of EU's Deforestation Regulation*).
- 3 Sob a liderança de Ursula von der Leyen, a Comissão Europeia entendeu que a era da cooperação baseada no paradigma de doador-recipientes chegara ao fim. Com a reforma do próprio orçamento para a ação externa, a Comissão criou um mecanismo de financiamento do desenvolvimento internacional, que tem por efeito empoderar os parceiros do sul global.
- 4 A UE tem diversos parceiros estratégicos, entre eles Estados Unidos da América, Canadá, México e Japão. Cabe destacar que todos os membros do grupo BRICS também são parceiros estratégicos da UE.

Área Livre

QUESTÃO 17

No que concerne às questões ambientais, o Brasil tem uma vasta agenda diplomática. Acerca dessas informações, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Brasil é um país megadiverso que atuou de forma decisiva durante a negociação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em 1992. A Convenção foi depois complementada pelo Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (relativo a organismos vivos modificados), e pelo Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização, além do Protocolo de Nagoia-Kuala Lumpur. Apesar da importância da diversidade biológica para seus interesses nacionais, o Brasil demorou mais de uma década para ratificar o Protocolo de Nagoia.
- 2 No início do regime de combate às mudanças climáticas, tendo como base a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, de 1992 (UNFCCC, da sigla em inglês), o Brasil defendeu o conceito de “responsabilidade histórica”. Esse conceito significava que os países que se industrializaram mais cedo deveriam arcar com os custos de implementação de políticas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa. As negociações multilaterais conduziram ao princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e as respectivas capacidades”, o que pode ser considerado uma derrota para o Brasil, que não tem a mesma responsabilidade histórica dos países desenvolvidos.
- 3 Durante as negociações relativas ao acordo sob a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar para a conservação e o uso sustentável da diversidade Biológica Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional (BBNJ, da sigla em inglês), o Brasil não pôde se unir ao grupo CLAM (Latin American Core Group) em razão de seus compromissos previamente assumidos no âmbito do G77/China.
- 4 O Brasil é membro consultivo da Reunião das Partes Consultivas do Tratado Antártico (ATCM, da sigla em inglês) e tem direito a voto para decidir a respeito da adoção de regras para o continente, com potências como os Estados Unidos da América, a China, o Reino Unido e a Rússia.

Área Livre

QUESTÃO 18

Diplomacia é a condução das relações internacionais por meio da negociação; o método pelo qual essas relações são ajustadas por embaixadores e enviados; a atividade ou arte do diplomata.

NICHOLSON, Harold. *Diplomacy*. Oxford: Oxford University Press, 1950, p. 15 *apud* BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: Editora da UnB & Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 187.

Nessa noite, enquanto ele [o secretário do Exterior britânico Edward Grey] jantava com [lord] Haldane, um mensageiro do Ministério do Exterior trouxe (...) um telegrama, que, segundo relato de Haldane, informava que ‘a Alemanha está prestes a invadir a Bélgica’. (...). Passando-o a Haldane, perguntou-lhe o que este achava.

– Mobilização imediata, respondeu Haldane.

TUCHMAN, Barbara. *Os canhões de agosto*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, p. 131.

No que se refere aos conceitos de diplomacia e de política externa, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Mesmo em situações de aguda confrontação – e até de conflito armado – entre Estados, a diplomacia revela sua utilidade, inclusive entre adversários, como canal para transmitir mensagens, reduzir tensões, encaminhar problemas práticos e abrir caminhos para entendimentos futuros.
- 2 Considerando o episódio narrado por Tuchman, é correto concluir que, enquanto o telegrama recebido pelo então secretário do Exterior Edward Grey, informando quanto à iminência da invasão da Bélgica pela Alemanha em agosto de 1914, integrava o repertório da diplomacia britânica, a decisão de “mobilização [militar] imediata” que o ex-secretário de Guerra lord Richard Haldane recomendava fazia parte de uma estratégia mais ampla de política externa em tempos de guerra.
- 3 Por adotar foco primariamente em questões militares e de segurança, a Escola Realista das Relações Internacionais relega à diplomacia condição periférica como instrumento de poder dos Estados nacionais. Presume-se, dessa forma, que, segundo a ótica realista, a preferência pela diplomacia como método para resolver contendas internacionais é uma expressão antes de fraqueza do que da força de determinado Estado em suas interações com o sistema internacional.
- 4 São funções clássicas da diplomacia informar, representar e negociar. Infere-se que, com a rápida aceleração tecnológica e a revolução nos meios de comunicação, verificadas nas últimas décadas, a diplomacia pública – compreendida como a interação não somente entre representantes de Estados nacionais, mas também entre as chancelarias e o grande público, inclusive por meio das chamadas redes sociais – vem adquirindo crescente relevância como ferramenta de política externa.

Área Livre

QUESTÃO 19

A respeito do G-20, do BRICS e do IBAS, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Depois da crise financeira de 2008, o G-20 se tornou uma das principais instâncias da governança econômica global. O grupo passou a desempenhar funções que anteriormente eram da competência exclusiva do Fundo Monetário Internacional (FMI), como o monitoramento bilateral e multilateral dos respectivos membros para evitar um novo colapso da economia mundial.
- 2 Nas declarações das Cúpulas do BRICS, China e Rússia reconhecem a importância da África do Sul, do Brasil e da Índia em temas internacionais e as aspirações desses países no âmbito das Nações Unidas. No entanto, não há nenhuma afirmação de que os dois primeiros apoiem as candidaturas sul-africana, brasileira e indiana a um assento permanente no Conselho de Segurança.
- 3 O Arranjo Contingente de Reserva (ACR) do BRICS é um fundo de reserva, em princípio, utilizado para a estabilização da economia dos cinco países, mas que também pode ser empregado para financiar projetos de investimento do grupo e de países em desenvolvimento. A China é o maior contribuinte desse fundo. Brasil, Índia e Rússia contribuem com o mesmo montante, e a África do Sul entra com a menor contribuição.
- 4 O Fundo IBAS é uma iniciativa no âmbito da cooperação Sul-Sul e beneficia diversos países em desenvolvimento, visto que eles podem recorrer ao fundo para financiar projetos nas áreas de agricultura, saúde, meio ambiente, entre outras. Não há imposição de condicionantes semelhantes, por exemplo, aos do Banco Mundial para os projetos financiados por esse fundo.

QUESTÃO 20

A agenda de segurança internacional alargou-se após o término da Guerra Fria. As ameaças e os riscos tornaram-se multidimensionais, incidindo mais diretamente sobre os indivíduos e envolvendo menos problemas militares e estratégicos. Nesse contexto, temas como o terrorismo, o narcotráfico e o crime organizado transnacional ganharam maior relevância nas discussões globais e se refletiram na atuação diplomática do Brasil. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 No início dos anos de 1990, o governo brasileiro, pressionado por interesses norte-americanos, atribuiu ao Exército Brasileiro, entre outras competências secundárias, a capacidade de atuar contra os crimes transfronteiriços na faixa de fronteira.
- 2 O Brasil prioriza o combate ao financiamento do terrorismo em instâncias internacionais, mas não aderiu ao Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo, porque participa de outros mecanismos no âmbito da cooperação Sul-Sul, como o Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo.
- 3 Em 2009, a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), por iniciativa brasileira, reconheceu as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) como grupo narcoterrorista, porém não houve nenhum tipo de intervenção militar por parte da organização, no território colombiano.

- 4 A “rota caipira” suscita um problema transnacional para o Brasil, uma vez que a organização criminosa que a controla atua na Bolívia e no Paraguai, de forma independente ou em associação com grupos criminosos locais, e exerce influência no sistema penitenciário paraguaio.

QUESTÃO 21

O Brasil tem participado ativamente da Organização dos Estados Americanos (OEA) desde a sua criação em 1948. A estrutura da OEA inclui o sistema interamericano de direitos humanos, um dos sistemas regionais de direitos humanos, juntamente com o sistema europeu e o sistema africano. Esses sistemas garantem a prevalência dos direitos humanos nos respectivos continentes quando os Estados falham em seu dever de proteger e promover direitos no próprio território. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Brasil é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e reconhece a competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- 2 Qualquer cidadão brasileiro pode recorrer ao sistema interamericano de direitos humanos por meio de petição, que deve ser obrigatoriamente apresentada por advogado(a) designado(a) para esse propósito.
- 3 Em casos de violações graves e urgentes ocorridas no território brasileiro, em que há risco de danos irreparáveis, pode-se apresentar pedido de medidas cautelares à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- 4 Casos apresentados ao sistema interamericano de direitos humanos tiveram importantes repercussões no Brasil, como o caso Maria da Penha Maia Fernandes *versus* Brasil, que levou à aprovação da Lei Maria da Penha.

Área Livre

QUESTÃO 22

O Brasil tem se engajado na cooperação sul-sul como prática importante no relacionamento com outros países do sul global. No governo federal, as ações de cooperação sul-sul são coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e implementadas com a colaboração de vários órgãos federais e organizações parceiras. A prática brasileira da cooperação sul-sul busca se diferenciar, em vários aspectos, da cooperação norte-sul, praticada pelos doadores tradicionais. Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os itens seguir.

- 1 No Brasil e no plano internacional, a cooperação sul-sul já foi chamada de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, tendo como referência a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento.
- 2 A cooperação sul-sul brasileira está calcada nos princípios da solidariedade e da não ingerência, o que implica a não utilização dos mecanismos de cooperação para influenciar a política doméstica dos países com os quais o Brasil coopera.
- 3 O Brasil segue o modelo de cooperação para o desenvolvimento da OCDE e depende da contratação de consultores para a implementação de projetos de cooperação sul-sul.
- 4 A prática da cooperação sul-sul brasileira ocorre predominantemente pela oferta de cooperação financeira e pela construção de obras de infraestrutura.

Área Livre

Geografia
Itens de 23 a 28**QUESTÃO 23**

Entende-se sistema urbano como um componente espacial do desenvolvimento social, o resultado de uma evolução histórica. A rede de cidades que o compõe, em sua forma, distribuição no território, inter-relações e interdependências, decorre de processos sociais de mudança e expressa as diferentes escalas da inserção regional na divisão social do trabalho. Portanto, são várias redes regionais que correspondem aos diferentes tempos e modos dessa inserção. Pressupõe-se desde já que um sistema urbano articula essas redes urbanas regionais que estruturam o território brasileiro, e que esse sistema se decompõe em subsistemas urbanos regionais. Em sua trajetória, esse sistema urbano brasileiro começa a se estruturar a partir do processo de colonização, acompanhando os caminhos abertos pelo povoamento do território, com emergência de vilas e cidades, conjugado à exploração de recursos naturais e expansão da fronteira desses recursos.

MOURA, R; PÉGO, B. O sistema urbano brasileiro e suas articulações na escala sul-americana. *Boletim regional, urbano e ambiental*. n. 16, jan.-jun., págs. 70-81, 2017. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/170531bru16_ensai07.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

Considerando esse fragmento de texto como referência inicial acerca das características que explicam a formação do sistema urbano brasileiro, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Na década de 1940, esse sistema alcançou efetivamente uma dimensão regional, com a industrialização e com a aceleração da urbanização, quando o poder político e econômico se deslocavam para o sudeste.
- 2 Até os anos de 1930, a urbanização era uma herança da colonização, com maior importância das cidades litorâneas que serviam ao perfil de uma economia de produção e comercialização voltada para o estrangeiro, com um urbanismo que refletia a condição de dependência da economia nacional.
- 3 A partir da inauguração de Brasília, em 1960, a rede urbana brasileira passou a apresentar centros com alta complexidade funcional e elevado grau de articulação entre si, contribuindo para que se ampliasse a escala da urbanização.
- 4 Desde a década de 1980, a rede urbana assumiu formas diferenciadas em sua totalidade ou em segmentos particulares, pois se operam mudanças no conteúdo e nos modos de uso do espaço, uma vez que a metropolização brasileira passou a repartir contingentes populacionais e atividades econômicas com novas aglomerações no entorno das cidades médias.

Área Livre

QUESTÃO 24

É uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para fazer uma ampla coleta de dados acerca da população brasileira. Ela permite traçar um perfil socioeconômico do País, já que conta os habitantes do território nacional, identifica suas características e revela como vivem os brasileiros. O Brasil tem 203.062.512 de habitantes segundo o Censo Demográfico 2022, realizado mais de dez anos após a edição anterior da pesquisa.

Disponível em: <<https://g1.globo.com>>.
Acesso em: 25 jul. 2023, com adaptações.

Os dados do Censo de 2022 revelam aspectos das dinâmicas populacionais e indicadores de qualidade de vida da população brasileira.

Tendo em consideração o fragmento de texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Em que pese o aumento da população brasileira em relação a 2010, o crescimento foi menor do que se esperava nas projeções demográficas para o Censo de 2022.
- 2 Processos como a expansão da fronteira agrícola, das atividades do agronegócio e do setor de serviços permitiram o crescimento demográfico das cidades médias no interior do País em detrimento das capitais.
- 3 O crescimento da população que reside no interior do País justifica a concentração de população em reduzido número de municípios, cerca de 43% das cidades brasileiras, enquanto o restante delas teve a própria população diminuída.
- 4 A taxa de crescimento demográfico manteve o ritmo de crescimento dos censos anteriores, sendo uma das maiores da série histórica dos censos brasileiros.

QUESTÃO 25

Na perspectiva de um mundo em transição, é fundamental deter um olhar mais atento sobre a inserção da temática ambiental-climática na compreensão das dinâmicas políticas e econômicas contemporâneas internacionais e na expressão do balanceamento global de poder. A vida social organizada que se conhece está exposta a possíveis colapsos pelas incertezas e vulnerabilidades impostas pela tripla crise ambiental global: as mudanças do clima, o colapso da biodiversidade e a poluição ambiental.

TEIXEIRA, I.; TONI, A. In: *A crise ambiental-climática e os desafios da contemporaneidade: o Brasil e sua política ambiental*. 2022.

Disponível em: <<https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/7>>.
Acesso em: 9 ago. 2023.

Considerando as mudanças climáticas, a política e a gestão ambientais no Brasil em período recente, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A política ambiental brasileira é inovadora na adoção do desenvolvimento sustentável e dos parâmetros da economia verde, desde o início da industrialização recente do País na década de 1970.
- 2 As mudanças climáticas são uma dimensão ambiental da globalização, e o Brasil é um ator relevante nas discussões de políticas ambientais.

- 3 A Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã, trouxe inúmeros avanços à legislação de proteção ao meio ambiente no Brasil. As críticas à questão ambiental brasileira, em geral, não são feitas quanto à existência de leis de proteção, mas da efetiva aplicação.
- 4 O Brasil tem se destacado nas discussões relacionadas ao regime internacional das mudanças climáticas em razão do peso de sua economia e de suas emissões de carbono, mas também pelo papel da Floresta Amazônica, maior floresta tropical do planeta.

QUESTÃO 26

Eu sou migrante, mas ninguém espera que eu arrisque minha vida num barco avariado ou a cruzar um deserto num caminhão para encontrar trabalho fora do meu país. A migração segura não pode limitar-se à elite global.

Antônio Guterrez, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU).
Disponível em: <<https://news.un.org/pt/focus/migrantes-e-refugiados>>.
Acesso em: 25 jul. 2023.

Na perspectiva do fragmento de texto apresentado, acerca dos movimentos migratórios internacionais e intranacionais, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A consolidação de grupos de migrantes em seus novos lugares de vida passa por ampla inserção no mercado de trabalho, pelo reconhecimento social, pela representação política e pelas possibilidades de esses sujeitos participarem da vida social dos países que os recebem.
- 2 As migrações envolvem uma série de conflitos tanto na saída do país de origem quanto na chegada ao novo país. O preconceito e a discriminação são aspectos meramente culturais dos países receptores com os grupos de migrantes internacionais dissolvidos enquanto esses grupos não se inserem no mercado de trabalho.
- 3 Os migrantes, sejam eles na escala internacional ou intranacional, enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho, em geral ocupando postos de trabalho com baixos salários, jornadas exaustivas e situações de exploração.
- 4 Os refugiados políticos são uma categoria à parte na tipologia das migrações internacionais, pois seu *status* de vulnerabilidade não os coloca na condição de migrantes, sendo reconhecidos como sujeitos em deslocamento temporário nos países que os recebem.

Área Livre

QUESTÃO 27

O período que vai de 1890 a 1950 vê a geografia assumir a sua forma clássica: ciência natural das paisagens e das sociedades, ocupa um lugar importante no estudo dos fenômenos físicos e mostra-se mais à vontade no tratamento das sociedades tradicionais do que no mundo urbano e industrializado cuja difusão se acelera.

CLAVAL, P. *História da Geografia*. Lisboa: Edições 70, 2006.

Considerando esse fragmento de texto como referência inicial, acerca das características das escolas da geografia no período citado no texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A orientação em geografia física, que procura compreender a originalidade global dos ambientes, na ótica ecológica que se está a firmar, tem, na paisagem, a base para a abordagem sintética no que diz respeito ao domínio natural e ao interesse pelas modificações que a atividade humana nele produz.
- 2 A vegetação também pode servir de indicador global das condições do ambiente. Segundo Henri Gausson e a escola de Toulouse, para analisar a vegetação e o meio, era necessário utilizar a cartografia de grande escala, por intermédio da qual era possível identificar as associações vegetais.
- 3 William Moris Davis lançou, no Estados Unidos da América, a teoria do ciclo de erosão normal, colocando a geomorfologia em um quadro análogo aos das ciências exatas, com hipóteses bem estabelecidas e demonstrações que permitem reconstruir a história de partes da crosta terrestre, na escala geológica, aproximando-se das interações homem/meio, vocação geográfica daquele tempo.
- 4 Paul Vidal de La Blache, fundador da geografia moderna francesa, acreditava ser possível buscar na geologia, no clima, no relevo e na hidrografia razões para a compreensão da repartição dos homens e a posição das cidades, porém ressaltava que os problemas fundamentais aparecem somente após o tratamento cartográfico dos dados.

Área Livre

QUESTÃO 28

Com o objetivo de aumentar a conscientização mundial acerca de como proteger a sanidade das plantas, ajudando a erradicar a fome, reduzir a pobreza, proteger o meio ambiente e impulsionar o desenvolvimento econômico, 2020 foi declarado o ano Internacional das Nações Unidas para a Sanidade Vegetal pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse tema, o Brasil, com seu agronegócio tropical referência para o mundo, é um dos maiores consumidores de insumos importados, custosos, agressivos e tóxicos ao ambiente e à saúde das pessoas. Por outro lado, apresenta uma megabiodiversidade pouco explorada, com potencial de usos múltiplos, destacadamente farmacêutico e cosmético, além de uso como insumos para os sistemas produtivos com as mais diversas possibilidades.

VIDAL, M. C.; SALDANHA, R.; VERÍSSIMO, M. A. A. Bioinsumos: o programa nacional e a sua relação com a produção sustentável. In: *Sanidade vegetal: uma estratégia global para eliminar a fome, reduzir a pobreza, proteger o meio ambiente e estimular o desenvolvimento econômico sustentável*. 1. ed. Florianópolis: CIDASC, 2020, com adaptações.

Com base no texto e nos conhecimentos correlatos, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 No Brasil, é comum o termo bioinsumo ser usado como sinônimo de produto biológico, bioproduto, produto de base biológica ou ainda como exemplos de produtos, como bioinseticidas, biofertilizantes, inoculantes e outros. Ainda, na maioria das vezes, é referido como um termo de uso para os sistemas agrícolas, ocultando seu grande potencial de aplicação na produção animal e no processamento de produtos de origem animal e vegetal.
- 2 A biotecnologia, no caso, os insumos biológicos, a partir das respectivas regulamentação e implementação, pode vir a dificultar posição de destaque do Brasil quanto às negociações de exportação, especialmente quando se trata de relações bilaterais com a União Europeia.
- 3 O padrão agrícola estabelecido no pós-guerra tem base tecnológica assentada na utilização de agroquímicos (agrotóxicos, fertilizantes e corretivos), mecanização, cultivares de alto potencial de rendimento e técnicas de irrigação, com vistas à elevação dos índices de produtividade. Existe, portanto, uma estreita relação entre a agricultura moderna intensiva e a utilização de agrotóxicos. A partir da década de 1960, tal modelo agrícola foi difundido para as regiões do Terceiro Mundo, em um processo conhecido como Revolução Verde.
- 4 Com o lançamento do Programa Nacional de Bioinsumos no Brasil, realizado em maio de 2020 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, instituído pelo Decreto nº 10.375/2020, propôs-se um conceito amplo de bioinsumos, que considera a complexidade do tema e que deixa margem para que, à medida que essa temática amadureça e apareçam novos desafios, estes possam ser inseridos no contexto do Programa. Esse conceito traz direcionamentos para o entendimento dos bioinsumos como processos, e não somente como produtos.

Área Livre

QUESTÃO 29

A respeito do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do ordenamento jurídico brasileiro, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 De acordo com a Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993, todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.
- 2 Segundo a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 1984, em nenhum caso podem ser invocadas circunstâncias excepcionais, como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência política, como justificativa para tortura.
- 3 Embora em 2023 o Brasil não seja membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, as resoluções adotadas pelo referido órgão são vinculantes para o País.
- 4 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância são equivalentes às emendas constitucionais, conforme o disposto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988, uma vez que foram aprovadas, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

QUESTÃO 30

O território, elemento constitutivo dos estados, conforme plasmado na Convenção de Montevideu sobre Direitos e Deveres dos Estados, de 1933, é a dimensão física do Estado. Acerca desse tema, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O princípio de *uti possidetis iuris*, inspirado no direito romano e utilizado no contexto da independência dos países latino-americanos da colonização espanhola, estabelece que os países recém-independentes mantenham as fronteiras à época da ocupação colonial. Esse princípio, contudo, não foi adotado em outros contextos de descolonização, sendo, inclusive, rechaçado em decisões da Corte Internacional de Justiça que trataram de questões fronteiriças entre países africanos.
- 2 A arbitragem entre os Países Baixos e os Estados Unidos da América, no caso “Ilha de Palmas”, validou a posição neerlandesa e afirmou o princípio da ocupação efetiva para que um Estado detenha soberania sobre determinado território.
- 3 A doutrina Stimson, que leva o nome do secretário de Estado norte-americano Henry Stimson, em resposta à invasão japonesa da Manchúria, consagrou o princípio de que aquisições de território por um Estado agressor mediante guerra de conquista não seriam reconhecidas.
- 4 A Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados, da qual o Brasil faz parte, prescreve a manutenção das fronteiras e os regimes fronteiriços estabelecidos em tratados firmados entre o Estado predecessor e o Estado sucessor.

QUESTÃO 31

A cooperação jurídica internacional é elemento essencial na efetividade de atos judiciais para além das fronteiras dos Estados. O Código de Processo Civil de 2015 inovou ao sistematizar a cooperação jurídica internacional com base nos direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal. No que se refere ao instituto da cooperação jurídica internacional, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O auxílio direto é medida de cooperação jurídica internacional, que pode consistir em pedido de prestação de informações relacionadas ao ordenamento jurídico ou a processos administrativos ou jurisdicionais e tramita diretamente via autoridade central. Na falta de designação específica, a autoridade central será o Ministério das Relações Exteriores.
- 2 De acordo com a Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, a autoridade central deverá determinar o retorno imediato da criança que tenha sido ilicitamente transferida ou retida há menos de um ano entre a data da transferência ou da retenção indevidas e a data do início do processo no Estado onde a criança se encontra.
- 3 A Emenda Constitucional nº 45/2004 atribuiu ao Superior Tribunal de Justiça a competência para homologar sentenças estrangeiras e conceder *exequatur* a cartas rogatórias, em substituição ao Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, o STF não realiza mais juízos de deliberação em nenhum tipo de processo.
- 4 Entre os países-membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o reconhecimento e a execução de sentenças estrangeiras desses países poderão tramitar por via de carta rogatória e por intermédio da Autoridade Central, facilitando os trâmites do processo.

QUESTÃO 32

Acerca do Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, estabelecido pela Lei nº 11.440/2006, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Os primeiros-secretários, segundos-secretários e terceiros-secretários deverão servir efetivamente durante três anos em cada posto e seis anos consecutivos no exterior.
- 2 O Serviço Exterior Brasileiro é composto tão somente pela carreira de diplomata e pela carreira de oficial de chancelaria.
- 3 Os chefes de missão diplomática permanente serão escolhidos, sem exceção, entre os ministros de primeira classe ou os ministros de segunda classe.
- 4 Os chefes de missão diplomática permanente e de missão ou delegação permanente em organismo internacional serão nomeados pelo presidente da República com o título de embaixador, mediante aprovação prévia do Congresso Nacional.

Área Livre

QUESTÃO 33

No que tange à sistemática do controle de constitucionalidade no sistema jurídico brasileiro, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O controle incidental de constitucionalidade pode ser exercido em relação a normas emanadas dos três níveis de poder, de qualquer hierarquia, inclusive às anteriores à Constituição Federal.
- 2 A Constituição Federal prevê a possibilidade de controle concentrado pelo Tribunal de Justiça dos Estados, por via principal, no plano estadual, e tendo como paradigma a Constituição do estado, na representação de inconstitucionalidade de leis ou de atos normativos estaduais ou municipais.
- 3 A arguição de descumprimento de preceito fundamental, em sua modalidade autônoma, tem previsão no art. 1º, *caput*, da Lei nº 9.882/1999, e deve ser proposta no Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo de evitar ou de reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público.
- 4 A ação direta interventiva tem por objeto a obtenção de provimento do STF acerca da violação de princípio constitucional sensível por parte de Estado-membro da Federação.

QUESTÃO 34

No que tange aos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, estabelecidos expressamente no art. 4º da Constituição Federal, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O princípio da dignidade da pessoa humana surge como diretriz fundamental e transformadora da política externa brasileira.
- 2 A proibição do uso da força, disposta no art. 2º, parágrafo 4º, da Carta das Nações Unidas, reaparece como princípio fundamental das relações internacionais do Brasil.
- 3 A solução pacífica dos conflitos, ao marcar a tradição histórico-diplomática brasileira, ocupa lugar fundamental entre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil.
- 4 A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, embora não prevista no rol dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, encontra-se na estrutura do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Área Livre

QUESTÃO 35

Com relação aos tribunais internacionais e ao Direito Internacional do Meio Ambiente, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Um juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ) deverá declarar-se impedido de julgar caso contencioso em que o Estado de que é nacional figure como parte na CIJ.
- 2 O Brasil não é signatário da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória da CIJ, também denominada cláusula Raul Fernandes, mas poderá estar sujeito à jurisdição daquele tribunal por força de compromisso assumido em tratado específico ou ao apresentar contestação de mérito em caso contencioso.
- 3 As obrigações dos Estados acerca da mudança do clima e da emergência climática estão estabelecidas em diversas normas do Direito Internacional, de modo que o tema não é objeto de parecer consultivo solicitado à CIJ ou à Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- 4 A complexidade do processo negociador dos acordos internacionais relativos ao meio ambiente favoreceu o desenvolvimento de sistemática normativa distinta, em que a implementação das disposições gerais que constam das convenções-quadro ocorre por meio de mecanismos próprios e de definições específicas.

Área Livre

ATENÇÃO

**Aguarde a autorização do
fiscal para iniciar a prova.**

Realização

**iades**

Instituto Americano de Desenvolvimento